

Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Fabiane Popinigis, Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007, 264 p.

David P. Lacerda*

A história social produzida no Brasil, desde pelo menos os anos 1980, vem renovando seus parâmetros teórico-metodológicos e ampliando cada vez mais suas abordagens. Os historiadores sociais passaram a “desafiar” as categorias e os macro-modelos de interpretação histórica, na medida em que voltavam suas atenções para a experiência das classes subalternas, bem como para um conjunto diversificado de fontes documentais. Nesse sentido, *Proletários de Casaca*, de Fabiane Popinigis, originalmente defendido como tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, em 2003, sob orientação de Sidney Chalhoub, é um ótimo exemplo dos caminhos recentes da historiografia brasileira.

Uma das principais preocupações do estudo é aproximar a história social do trabalho e a história social da escravidão, a partir da experiência dos empregados do comércio no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. Seu argumento central enfatiza que os protestos e a luta política dos trabalhadores do comércio foram determinantes na formação de uma identidade de classe, ao longo do período que compreende o surgimento das primeiras associações beneficentes nos anos 1850 e a aprovação da lei que regularizava o funcionamento das casas comerciais e dos tempos de folga, em 1911. Tal período, por sua vez, não é visto de modo homogêneo, mas sim como resultado

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT/IFCH/UNICAMP). Bolsista FAPESP.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 14/15	371–376	2008
-----------------	---------------	----------	---------	------

das escolhas e estratégias dos empregados do comércio, que foram articuladas no interior das funções e das hierarquias do ofício, nas relações com patrões, empregados e autoridades públicas e nas formas de lazer, sociabilidade e trabalho.

O capítulo primeiro, “Domingo de Trabalho e Compras”, propõe-se a questionar os estereótipos que tenderam a definir o caixeiro como fiel e subordinado à vontade dos patrões, no intuito de ascender à condição de burguês. Popinigis observa detidamente as diferenciações internas à classe dos empregados do comércio, através da leitura a contrapelo das peças de teatro de Martins Pena, dos romances de Aluísio de Azevedo e de correspondências veiculadas nos jornais. Tais fontes permitiram-na visualizar as múltiplas funções exercidas por esses trabalhadores. É possível perceber o guarda-livros que cuida das finanças do patrão; o caixeiro de fora, que ora pode desempenhar a função de limpeza da loja, ora pode se dedicar às tarefas de entrega; e o caixeiro de balcão, que se empenha nas negociações com o público. Encontraremos, ainda, diferentes categorias de caixeiros no interior da hierarquia do comércio, como é o caso dos caixeiros de escritório vinculados ao “alto” comércio e os caixeiros de armarinhos, botequins e casas de pasto, que pertenciam ao “baixo” comércio. Como lembra a autora, esses lugares eram percebidos e vividos pelos caixeiros num duplo movimento na luta pela regulamentação do trabalho no comércio: de um lado eles eram ocultados nos momentos de protestos; de outro, eram articulados de modo a tornar públicas as demandas de cada categoria de caixeiro.

Levando em conta essa heterogeneidade, Popinigis busca analisar os pressupostos analíticos que permitiram à historiografia internacional e nacional separar conceitual e empiricamente os empregados do comércio dos operários, aprofundando uma dicotomia que preconiza um modelo ideal de classe. Discutindo as teses de Wright Mills (1979) e Arno Mayer (1975), que colocam prestígio e *status* como elementos centrais na formação histórica de uma nova classe média, Popinigis questiona a inserção mecânica dos empregados do comércio como pertencentes a tal classe.

Valendo-se das formulações de Jürgen Kocka (1989), que compara os empregados do comércio na Alemanha e nos EUA, entre os últimos anos do século XIX e a década de 1940, Popnigs contesta os efeitos das estruturas na

formação e na atuação da classe como sujeito histórico, reafirmando a hipótese de Kocka para quem a classe média possui uma consciência de classe “em si”, não “para si”. As particularidades, os objetivos e as necessidades inerentes à experiência de classe dos caixeiros, como salienta David Parker (1992) para o caso peruano, permite, segundo a autora, que os trabalhadores do comércio do Rio de Janeiro sejam entendidos a partir de suas ações e escolhas próprias, longe de categorias e modelos que postulam uma consciência de classe ideal, que tende a explicar a experiência dos trabalhadores pela ausência.

Dialogando com conjuntos documentais de natureza diversa, Popinigis estabelece dois movimentos em seu texto. O primeiro baseia-se nas crônicas, nas revistas e nos jornais que circularam na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de investigar o modo como os próprios caixeiros entendiam as relações de “aproximação” e “afastamento” com o operariado em geral. A eliminação dos cortiços, a repressão às ditas “classes perigosas” e a sua “não inclusão” como cidadãos da República, foram sentidos pelos caixeiros como um processo de “proletarização”, na medida em que percebiam as possibilidades de ascensão social e os ganhos materiais em relação aos operários afunilarem-se cada vez mais. Em meio ao agravamento das condições sociais de trabalho, os caixeiros procuraram se aproximar das condições materiais do operariado, a fim de mostrar ao poder público a necessidade de se afastar da intensa exploração dos patrões justificando, desse modo, a urgência da regulamentação do trabalho no comércio.

No segundo movimento, o leitor é direcionado para os processos cívicos e comerciais, donde Popinigis resgata os momentos de contenda que envolveram patrões e empregados. O objetivo é questionar os limites da solidariedade vertical e o modo como esses sujeitos se apropriavam e acionavam códigos e valores próprios do paternalismo. A fidelidade ao patrão e o trabalho árduo e honesto, por exemplo, eram os ingredientes da reciprocidade que sustentavam a hierarquia entre as diversas funções e categorias inerentes ao emprego no comércio e que limitavam e possibilitavam aos caixeiros a mobilidade social dentro do próprio ofício.

No capítulo 2, “Deixe-nos o domingo”, o objeto de análise são os protestos de patrões e caixeiros em torno da regulamentação do comércio carioca. Utilizando as posturas que pretendiam regular o comércio, os requerimentos de protesto – individuais e coletivos – dirigidos ao poder público por negociantes e

empregados, as atas da Câmara Municipal e as correspondências enviadas por caixeiros e patrões à redação dos jornais, Popinigis traça os caminhos do movimento pelo fechamento das portas do comércio aos domingos. Embora o legalismo e o espírito reformista fossem aspectos marcantes da contestação dos empregados do comércio, eles não impediram que essa categoria de trabalhadores tomasse consciência de sua própria situação e, portanto, da necessidade de se organizar em torno de objetivos e estratégias específicas de luta.

Durante o Império, algumas posturas e portarias foram promulgadas visando o fechamento parcial, aos domingos, de casas que não comercializassem alimentos ou remédios, mas foram precocemente revogadas na medida em que os comerciantes viam atingida sua “liberdade” de comércio. Por outro lado, o discurso dos caixeiros em torno da necessidade do descanso aos domingos e nos dias santos fundamentava-se na religião, pois aquele era dia para a instrução da classe e o cumprimento dos deveres exigidos pela Igreja católica.

Ao longo das primeiras décadas da República houve, porém, uma inflexão no discurso de patrões e empregados, que passou a se adequar aos ditames do novo regime. Os primeiros continuavam insatisfeitos com a intromissão do poder público nas relações de trabalho no comércio, porém, agora se queixavam de que tal intromissão era “inconstitucional”. A partir de 1906, as reivindicações dos caixeiros assumiram caráter de demanda imediata e um novo elemento entraria na pauta de reivindicações: a diminuição da jornada de trabalho. Ao mesmo tempo, modificava-se o perfil das organizações de classe, o que evidencia a tomada de consciência dos caixeiros e o sentimento de pertencimento à classe dos trabalhadores do comércio.

A luta dos caixeiros cariocas apresentava semelhanças em relação ao movimento dos empregados franceses pela regulamentação do trabalho no comércio, conforme salienta a autora. Ao longo de sua trajetória, o movimento caixeiral francês alternou entre características reformistas e posturas mais agressivas em torno do descanso semanal e da redução da jornada de trabalho, pauta comum entre os caixeiros do Rio de Janeiro. A presença da cultura francesa na organização dos trabalhadores brasileiros foi apropriada pelos empregados cariocas de modo a legitimar suas reivindicações perante o poder público e aos patrões, uma vez que a França era reconhecida por vários setores

da sociedade carioca como modelo de comportamento a ser seguido.

Entre o Império e a República, afirma Popinigis, o paternalismo permaneceu como componente central das relações entre empregados, patrões e poder público. Dialogando com E. P. Thompson, Eugene Genovese, James Scott e Sidney Chalhoub, a autora busca entender o conceito de paternalismo como um campo de conflitos, que envolve dominantes e dominados, num sistema de concessões e favores, no interior do qual os caixeiros fazem suas escolhas e moldam suas ações, manipulando expectativas e regras ordenadas por um “acordo implícito” com os patrões e o poder público. Embora tenha havido piquetes e motins, os caixeiros mantiveram-se no limite da lógica da “economia de favores”, elaborando estratégias que permitiram a eles se apresentarem como trabalhadores bons e honestos, em oposição aos vagabundos e desordeiros, imagem esta que dificultava a conquista de suas aspirações.

Por fim, o último capítulo, “Vida de botequim”, é dedicado ao cotidiano dos caixeiros cariocas. Os processos criminais de ofensas físicas e homicídios das Freguesias de Santana e Santo Antônio, ocorridos entre 1890 e 1911, permitiram à autora analisar a categoria dos empregados que desempenhavam atividades nas casas de pasto, nos botequins, nos armazéns de secos e molhados e nas lojas de venda, locais onde funcionava o “baixo” comércio. A perspectiva é ir além daquilo que as autoridades públicas consideravam como comportamento “excepcional” ou potencialmente perigoso, para investigar, entre outras questões, como as variáveis classe, gênero e etnia, eram articuladas pelos trabalhadores pobres urbanos do comércio do Rio de Janeiro.

Observa-se, por exemplo, que o impacto da imigração nas atividades de comércio, o fato de saber ler e escrever e a condição de negro, branco, livre, nacional ou estrangeiro, eram fatores que motivavam freqüentes conflitos entre diversas categorias de empregados. De igual modo, o vestuário e os locais de lazer, ao demarcarem as fronteiras dos bons costumes entre os caixeiros, eram responsáveis pela eclosão de rixas nos locais definidos como pertencentes à “*High-Life*”. No universo dos bons costumes, as mulheres que trabalhavam no comércio eram vistas como moralmente desqualificadas pelas autoridades e pelos homens em geral, caixeiros ou não.

Outro aspecto que chama a atenção é a maneira pela qual os trabalhadores reagiram às modificações trazidas pelas reformas urbanas de Pereira Passos.

Popinigis afirma que tais reações eram manifestas no ato de permanecer no centro da cidade, comumente nas proximidades do local de trabalho, dos botequins e das casas de pasto, lugares onde compartilhavam momentos de sociabilidade. Muitos caixeiros, prostitutas e operários continuaram na Rua do Lavradio vivendo em precárias habitações coletivas, ma continuaram próximos a bares e casas de diversões que costumavam freqüentar.

A autora busca entender, ainda, como a relação de dominação paternalista entre patrões e empregados no interior de uma casa de secos e molhados foi adaptando-se ao desenvolvimento do comércio, na medida em que as expectativas de ascensão social foram sendo substituídas pelo trabalho assalariado.

Além disso, a riqueza dos processos criminais possibilitou que Popinigis desenhasse o perfil social de empregados e patrões, permitindo ao leitor conhecer a média de idade de negociantes e empregados, assim como a faixa etária de caixeiros, “comércio” e guarda-livros; o número de casados entre negociantes, guarda-livros e caixeiros, que acompanha a lógica da ascensão social; a porcentagem de empregados e negociantes distribuídas por nacionalidade, verificando-se aí predominância dos portugueses no pequeno comércio, enquanto os brasileiros ocupavam posições intermediárias.

Descrever em poucas palavras o conteúdo do livro de Fabiane Popinigis não lhe faz jus. Certamente, trata-se de uma importante contribuição à história social, sobretudo, por dois aspectos: primeiro, pelo vasto e diverso conjunto documental que fundamenta a análise empírica; segundo, por colocar em questão uma categoria de trabalhadores costumeiramente identificada pelos estereótipos do bom trabalhador, reacionário, honesto e poupador. Ao deparar-se com tais páginas, o leitor será conduzido às ausências da dita historiografia da *transição*, e mergulhará no mundo da experiência de classe dos *Proletários de Casaca*.